

# NEWSLETTER DIGESTO N.º 12/2018

Disponibilização: 18 de junho de 2018

Período abrangido: 4 a 15 de junho de 2018



## DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

## Índice Temático

1. Administração Interna
  - Segurança
2. Agricultura
3. Ambiente
  - Ambiente e Conservação da Natureza
  - Ordenamento do Território
4. Cultura
5. Direitos, Liberdades e Garantias
  - Crianças e Jovens
  - Igualdade e Inclusão
6. Economia
  - Atividade Económica
  - Transportes
7. Educação e Ensino Superior
8. Finanças
  - Finanças Públicas e Orçamento
9. Justiça
  - Decisões e Pareceres
  - Justiça Constitucional
  - Política de Justiça
10. Mar
11. Modernização Administrativa

**12. Negócios Estrangeiros**

- **Negócios Estrangeiros e Cooperação**

**13. Saúde**

**14. Solidariedade e Segurança Social**

**15. Trabalho**

**Transposição de Diretivas**

## **CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!**

**Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita**

## 1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- SEGURANÇA

[Decreto-Lei n.º 41/2018, de 11 de junho](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de combate a pragas e a doenças pecuárias, organismos prejudiciais aos vegetais e exame de plantas, transporte de mercadorias perigosas, proteção de trabalhadores expostos a agentes químicos, segurança na produção de explosivos e utilização de cádmio em díodos emissores de luz (LED) de conversão de cor para sistemas de visualização.

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 56/2016, de 29 de agosto, executando o Regulamento (UE) 98/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro de 2013, sobre a comercialização e utilização de precursores de explosivos.

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 9/2017, de 10 de janeiro, transpondo a Diretiva 2014/28/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, aplicável aos explosivos para utilização civil.

## 2. AGRICULTURA

[Decreto-Lei n.º 41/2018, de 11 de junho](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de combate a pragas e a doenças pecuárias, organismos prejudiciais aos vegetais e exame de plantas, transporte de mercadorias perigosas, proteção de trabalhadores expostos a agentes químicos, segurança na produção de explosivos e utilização de cádmio em díodos emissores de luz (LED) de conversão de cor para sistemas de visualização.

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 237/2000, de 26 de setembro, transpondo a Diretiva de Execução (UE) 2018/484 da Comissão, de 21 de março de 2018, que altera a Diretiva 93/49/CEE no que diz respeito aos requisitos a cumprir pelos materiais de propagação de determinados géneros ou espécies de *Palmae* relativamente ao organismo *Rhynchophorus ferrugineus* (Olivier).

Altera (décima primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro, transpondo a Diretiva de Execução (UE) 2017/1920 da Comissão, de 19 de outubro de 2017, que altera o anexo IV da Diretiva 2000/29/CE, no que diz respeito à circulação de sementes de *Solanum tuberosum* L. originárias da União.

Altera (quarta alteração) o Decreto-Lei n.º 79/2011, de 20 de junho, transpondo a Diretiva (UE) 2018/597 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de abril de 2018, que altera a Diretiva 92/66/CEE do Conselho que estabelece medidas comunitárias de luta contra a doença de Newcastle.

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 42/2017, de 6 de abril, transpondo a Diretiva de Execução (UE) 2018/100 da Comissão, de 22 de janeiro de 2018, que altera as Diretivas 2003/90/CE e 2003/91/CE, que estabelecem regras de execução do artigo 7.º da Diretiva 2002/53/CE do Conselho e do artigo 7.º da Diretiva 2002/55/CE do Conselho, respetivamente, no que diz respeito aos caracteres que, no mínimo, devem ser apreciados pelo exame e às condições mínimas para o exame de determinadas variedades de espécies de plantas agrícolas e de espécies hortícolas.

### 3. AMBIENTE

- AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

[Decreto n.º 16/2018, de 5 de junho](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a Emenda ao Protocolo de Montreal, relativo às Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono, adotada em Quigali, em 15 de outubro de 2016.

[Aviso n.º 7562/2018, de 6 de junho](#)  
(Ambiente - Fundo Ambiental)

Publica Aviso tendente a apoiar a aquisição e instalação de postos de carregamento de veículos elétricos (VE) em campi universitários.

[Aviso n.º 7563/2018, de 6 de junho](#)  
(Ambiente - Fundo Ambiental)

Publica Aviso destinado a apoiar Projetos e Estudos no âmbito da Conservação da Natureza e Biodiversidade.

[Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para o ar, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º (UE) 2015/2193, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa à limitação das emissões para a atmosfera de certos poluentes provenientes de médias instalações de combustão.

[Decreto-Lei n.º 41/2018, de 11 de junho](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de combate a pragas e a doenças pecuárias, organismos prejudiciais aos vegetais e exame de plantas, transporte de mercadorias perigosas, proteção de trabalhadores expostos a agentes químicos, segurança na produção de explosivos e utilização de cádmio em díodos emissores de luz (LED) de conversão de cor para sistemas de visualização.

Altera (quinta alteração) o Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, transpondo a Diretiva Delegada (UE) 2017/1975 da Comissão, de 7 de agosto de 2017, que altera, para efeitos de adaptação ao progresso científico e técnico, o anexo III da Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito a uma isenção relativa à utilização de cádmio em díodos emissores de luz (LED) de conversão de cor para sistemas de visualização.

- **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

[Portaria n.º 167/2018, de 12 de junho](#)  
(Ambiente)

Regulamenta o Decreto-Lei n.º 29/2018, de 4 de maio, que estabelece o Porta de Entrada - Programa de Apoio ao Alojamento Urgente.

## 4. CULTURA

### [Regulamento n.º 347/2018, de 11 de junho](#)

(Cultura - Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P.)

Publica Regulamento geral relativo aos programas de apoios financeiros e respetivos Anexos, referente aos Concursos de apoio financeiro a promover pelo ICA no ano de 2018.

### [Regulamento n.º 348/2018, de 11 de junho](#)

(Cultura - Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P.)

Publica Regulamento do registo das entidades cinematográficas e audiovisuais.

### [Regulamento n.º 349/2018, de 11 de junho](#)

(Cultura - Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P.)

Publica Regulamento relativo ao Apoio ad hoc referente aos concursos de apoio financeiro a promover pelo ICA no ano de 2018.

## 5. DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- CRIANÇAS E JOVENS

### [Decreto-Lei n.º 42/2018, de 12 de junho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Regula as condições de instalação e funcionamento das casas de autonomia a que se refere a Lei Tutelar Educativa, aprovada em anexo à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro.



- IGUALDADE E INCLUSÃO

[Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que consiste num programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.

## 6. ECONOMIA

- ATIVIDADE ECONÓMICA

[Norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 5/2018-R, de 4 de junho](#)  
(Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões)

Publica a Norma Regulamentar n.º 5/2018-R, de 17 de maio, que estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo «Incêndio e elementos da natureza» com início ou vencimento no terceiro trimestre de 2018.

[Lei n.º 23/2018, de 5 de junho](#)  
(Assembleia da República)

Estabelece regras relativas a pedidos de direito a indemnização por infração ao direito da concorrência.

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2014/104/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de novembro de 2014, relativa a certas regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infração às disposições do direito da concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia.

Altera (primeira alteração) a Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, que aprova o novo regime jurídico da concorrência, e altera (quarta alteração) a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, que aprova a lei de organização do sistema judiciário.

[Lei n.º 25/2018, de 14 de junho](#)  
(Assembleia da República)

Altera (segunda alteração) a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis, bem como (primeira alteração) a Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção.

- TRANSPORTES

[Decreto-Lei n.º 41/2018, de 11 de junho](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de combate a pragas e a doenças pecuárias, organismos prejudiciais aos vegetais e exame de plantas, transporte de mercadorias perigosas, proteção de trabalhadores expostos a agentes químicos, segurança na produção de explosivos e utilização de cádmio em díodos emissores de luz (LED) de conversão de cor para sistemas de visualização.

Altera (quinta alteração) o Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, transpondo a Diretiva (UE) 2018/217 da Comissão, de 31 de janeiro de 2018, que altera a Diretiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas, mediante a adaptação do seu anexo I, secção I.1, ao progresso científico e técnico.

## 7. EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

[Lei n.º 24/2018, de 8 de junho](#)  
(Assembleia da República)

Procede à renovação e à prorrogação dos contratos de bolsa de todos os bolseiros doutorados, ao abrigo do Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado pela Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto, e abrangidos pelo previsto no artigo 23.º da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, que à data da publicação do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, se encontravam vigentes e que, respetivamente, cessaram ou estavam prestes a cessar, pelos motivos previstos nas alíneas c) e d) do artigo 17.º do referido Estatuto.

## 8. FINANÇAS

- FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

### [Portaria n.º 166/2018, de 8 de junho](#) (Finanças)

Altera as instruções de preenchimento do anexo regularizações do campo 40 que fazem parte integrante da declaração periódica de IVA, aprovada pela Portaria n.º 221/2017, de 21 de julho.

## 9. JUSTIÇA

- DECISÕES E PARECERES

### [Parecer n.º 6/2018, de 11 de junho](#) (Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Torna público o Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República sobre tarifa social do gás natural, votado na sessão de 18 de maio de 2018 e homologado por despacho do Secretário de Estado da Energia de 21 de maio de 2018.

- JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

### [Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 242/2018, de 7 de junho](#) (Tribunal Constitucional)

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 7.º, n.º 3, Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, na redação dada pela Lei n.º 47/2007, de 28 de agosto, na parte em que recusa proteção jurídica a pessoas coletivas com fins lucrativos, sem consideração pela concreta situação económica das mesmas, por violação do artigo 20.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

[Acórdão \(extrato\) n.º 244/2018, de 15 de junho](#)  
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma que considera os pedidos de revisão oficiosa equivalentes às situações em que existiu «recurso à via administrativa nos termos dos artigos 131.º a 133.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário», para efeito da interpretação da alínea a) do artigo 2.º da Portaria n.º 112-A/2011, de 22 de março, encontrando-se tais situações, por isso, abrangidas pela jurisdição dos tribunais arbitrais que funcionam no CAAD (Centro de Arbitragem Administrativa).

- **POLÍTICA DE JUSTIÇA**

[Portaria n.º 161/2018, de 6 de junho](#)  
(Justiça e Saúde)

Fixa os marcadores de ADN a integrar no ficheiro de perfis de ADN constante da base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal, criada pela Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro.

## 10. MAR

[Portaria n.º 168/2018, de 12 de junho](#)  
(Mar)

Altera o modelo da carta de navegador de recreio aprovado em anexo à Portaria n.º 288/2000, de 25 de maio.

## 11. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2018, de 8 de junho](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece como definitivo o modelo de avaliação prévia de impacto legislativo «Custa Quanto?», aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2017, de 24 de março.

## 12. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO

[Decreto n.º 17/2018, de 6 de junho](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América sobre Privilégios e Imunidades Consulares, assinado em Lisboa, em 14 de dezembro de 2017.

[Decreto n.º 18/2018, de 7 de junho](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Ucrânia sobre Cooperação Económica, assinado em Lisboa, em 18 de dezembro de 2017.

[Aviso n.º 68/2018, de 8 de junho](#)  
(Negócios Estrangeiros)

Torna público terem sido cumpridas as respetivas formalidades constitucionais internas de aprovação do Acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 16 de outubro de 2013.

### 13. SAÚDE

[Despacho n.º 5571/2018, de 5 de junho](#)

(Saúde - Gabinete da Secretária de Estado da Saúde)

Estabelece disposições sobre a implementação do Plano Estratégico do Baixo Carbono (PEBC) e do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (Eco.AP) nas entidades públicas do sector da saúde.

[Portaria n.º 163/2018, de 7 de junho](#)

(Defesa Nacional e Saúde)

Regula os termos e condições da colaboração do Hospital das Forças Armadas com o Sistema Nacional de Saúde no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos em Cirurgia.

### 14. SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

[Portaria n.º 160/2018 - Diário da República n.º 108/2018, Série I de 2018-06-06115460875](#)

(Finanças, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Atualiza os montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal, e respetivas majorações e do subsídio de funeral.

[Portaria n.º 162/2018, de 7 de junho](#)

(Finanças, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Estabelece normas de execução do Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, que institui a prestação social para a inclusão.

[Despacho n.º 5920-A/2018, de 15 de junho](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete do Ministro)

Aprova o aviso de abertura de candidaturas ao Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP).

## 15. TRABALHO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2018, de 6 de junho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Programa de ação para combater a precariedade e promover a negociação coletiva.

[Despacho n.º 5661/2018, de 7 de junho](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego)

Procede à alteração dos custos unitários calculados com base no indexante dos apoios sociais (IAS).

[Decreto-Lei n.º 40/2018, de 11 de junho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece requisitos mínimos para uma maior mobilidade dos trabalhadores entre os Estados-Membros mediante a aquisição e manutenção dos direitos a pensão complementar, transpondo a Diretiva 2014/50/EU.

[Decreto-Lei n.º 41/2018, de 11 de junho](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de combate a pragas e a doenças pecuárias, organismos prejudiciais aos vegetais e exame de plantas, transporte de mercadorias perigosas, proteção de trabalhadores expostos a agentes químicos, segurança na produção de explosivos e utilização de cádmio em díodos emissores de luz (LED) de conversão de cor para sistemas de visualização.

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro, transpondo a Diretiva (UE) 2017/164 da Comissão, de 31 de janeiro de 2017, que estabelece uma quarta lista de valores-limite de exposição profissional indicativos nos termos da Diretiva 98/24/CE do Conselho, e que altera as Diretivas 91/322/CEE, 2000/39/CE e 2009/161/CE.



## TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS

### [Lei n.º 23/2018, de 5 de junho](#) (Assembleia da República)

Estabelece regras relativas a pedidos de direito a indemnização por infração ao direito da concorrência.

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2014/104/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de novembro de 2014, relativa a certas regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infração às disposições do direito da concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia.

Altera (primeira alteração) a Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, que aprova o novo regime jurídico da concorrência, e altera (quarta alteração) a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, que aprova a lei de organização do sistema judiciário.

### [Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para o ar, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º (UE) 2015/2193, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa à limitação das emissões para a atmosfera de certos poluentes provenientes de médias instalações de combustão.

### [Decreto-Lei n.º 40/2018, de 11 de junho](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece requisitos mínimos para uma maior mobilidade dos trabalhadores entre os Estados-Membros mediante a aquisição e manutenção dos direitos a pensão complementar, transpondo a Diretiva 2014/50/EU.

### [Decreto-Lei n.º 41/2018, de 11 de junho](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de combate a pragas e a doenças pecuárias, organismos prejudiciais aos vegetais e exame de plantas, transporte de mercadorias perigosas, proteção de trabalhadores expostos a agentes

químicos, segurança na produção de explosivos e utilização de cádmio em díodos emissores de luz (LED) de conversão de cor para sistemas de visualização.

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 237/2000, de 26 de setembro, transpondo a Diretiva de Execução (UE) 2018/484 da Comissão, de 21 de março de 2018, que altera a Diretiva 93/49/CEE no que diz respeito aos requisitos a cumprir pelos materiais de propagação de determinados géneros ou espécies de *Palmae* relativamente ao organismo *Rhynchophorus ferrugineus* (Olivier).

Altera (décima primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro, transpondo a Diretiva de Execução (UE) 2017/1920 da Comissão, de 19 de outubro de 2017, que altera o anexo IV da Diretiva 2000/29/CE, no que diz respeito à circulação de sementes de *Solanum tuberosum* L. originárias da União.

Altera (quinta alteração) o Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, transpondo a Diretiva (UE) 2018/217 da Comissão, de 31 de janeiro de 2018, que altera a Diretiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas, mediante a adaptação do seu anexo I, secção I.1, ao progresso científico e técnico.

Altera (quarta alteração) o Decreto-Lei n.º 79/2011, de 20 de junho, transpondo a Diretiva (UE) 2018/597 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de abril de 2018, que altera a Diretiva 92/66/CEE do Conselho que estabelece medidas comunitárias de luta contra a doença de Newcastle.

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro, transpondo a Diretiva (UE) 2017/164 da Comissão, de 31 de janeiro de 2017, que estabelece uma quarta lista de valores-limite de exposição profissional indicativos nos termos da Diretiva 98/24/CE do Conselho, e que altera as Diretivas 91/322/CEE, 2000/39/CE e 2009/161/CE.

Altera (quinta alteração) o Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, transpondo a Diretiva Delegada (UE) 2017/1975 da Comissão, de 7 de agosto de 2017, que altera, para efeitos de adaptação ao progresso científico e técnico, o anexo III da Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito a uma isenção relativa à utilização de cádmio em díodos emissores de luz (LED) de conversão de cor para sistemas de visualização.

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 56/2016, de 29 de agosto, executando o Regulamento (UE) 98/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro de 2013, sobre a comercialização e utilização de precursores de explosivos.

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 9/2017, de 10 de janeiro, transpondo a Diretiva 2014/28/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, aplicável aos explosivos para utilização civil.

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 42/2017, de 6 de abril, transpondo a Diretiva de Execução (UE) 2018/100 da Comissão, de 22 de janeiro de 2018, que altera as Diretivas 2003/90/CE e 2003/91/CE, que estabelecem regras de execução do artigo 7.º da Diretiva 2002/53/CE do Conselho e do artigo 7.º da Diretiva 2002/55/CE do Conselho, respetivamente, no que diz respeito aos caracteres que, no mínimo, devem ser apreciados pelo exame e às condições mínimas para o exame de determinadas variedades de espécies de plantas agrícolas e de espécies hortícolas.

**Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail***

[Digesto@jurisapp.gov.pt](mailto:Digesto@jurisapp.gov.pt)

Muito obrigada pela sua sugestão